

PROSSEGUE A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Dia 6/8 terça-feira, marca a votação em segundo turno da Reforma da Previdência na Câmara Federal. A Central Sindical Conlutas, juntamente com outras entidades de trabalhadores do país está chamando para o Dia Nacional de Lutas e Mobilizações contra a segunda votação da Reforma da Previdência.

A data já fazia parte do calendário oficial das centrais sindicais, porém nem todas organizações estão interessadas nas mobilizações de rua, preferindo apostar em negociações que suavizem o texto aprovado em primeira votação.

Se passar pelas votações que ainda restam a "nova" previdência deverá consagrar ataques à aposentadoria como o au-



mento do tempo mínimo para se aposentar, diminuição dos valores máximos a serem pagos, uma vez que para atingir o teto o trabalhador terá que trabalhar no mínimo 40 anos, exclusão de mais de 12 milhões de trabalhadores do abono do PIS, que agora só será paga àqueles que ganham até R\$ 1.300.

A mobilização é fundamental para que se busque formas de pressão sobre os deputados que votaram a favor da reforma na primeira votação. O governo vem conquistando votos através de subornos, via liberação de verbas para emendas de deputados. Nesse sentido só uma forte mobilização será capa de obstruir um novo avanço do conservadorismo frente aos direitos trabalhista.

APROPUC e AFAPUC repudiam fala de Bolsonaro

As associações de professores e funcionários da PUC-SP, APROPUC e AFAPUC, vêm manifestar o seu mais veemente protesto contra as declarações do ex-capitão Jair Bolsonaro, a respeito do militante Fernando Santa Cruz, desaparecido durante a ditadura militar de 1964.

Bolsonaro, ao criticar o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, filho de Fernando Santa Cruz, afirmou que "se ele quiser eu conto como mor-

reu seu pai". De acordo com um registro oficial e sigiloso do Ministério da Aeronáutica, de 22 de setembro de 1978, Fernando Santa Cruz foi preso em 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro. Desde essa data a família e organizações de direitos humanos vêm procurando pelo paradeiro de Fernando. Em 24 de julho de 2019, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao governo, emitiu uma retificação de atestado de óbito de Fernando Santa Cruz, reco-

nhecendo que sua morte ocorreu "em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro".

Esse tipo de fala de Bolsonaro vinda de pessoa que desrespeita diuturnamente os direitos humanos, que nega todo o trabalho das Comissões da Verdade, só porque representam trabalhos feitos na gestão Dilma, é mais uma demonstração do despreparo de um cidadão cujo impeachment vem sendo proposto por diversos setores da sociedade.

A APROPUC e a AFAPUC se solidarizam à família Santa Cruz, notadamente a nossa colega de trabalho Rosalina Santa Cruz, da Faculdade de Serviço Social, por mais este ato bárbaro de uma pessoa totalmente desqualificada para o cargo que ocupa.

**Veja na página 2
mais manifestações
contra a
fala de Bolsonaro**

Nota de Repúdio da Comissão da Verdade da PUC-SP

A Comissão da Verdade da PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vem a público manifestar nosso mais absoluto repúdio e indignação aos recentes despautérios proferidos nestes últimos dias pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, em relação à morte e desaparecimento de Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da OAB, Felipe de Santa Cruz, cujo "crime" foi exercer o direito inalienável a todo ser humano de oposição e resistência ao obscurantismo e violência da ditadura civil-militar que perdurou, nesse país, no período

1964-1984. Por sua militância, inclusive estudantil, Fernando Santa Cruz foi preso no dia 22/2/1974, assassinado por agentes dos órgãos repressores e seu corpo incinerado na Usina de Cambaíba, situada no Norte Fluminense, a fim de que "nem as cinzas sobrassem dele", conforme depoimento dos próprios torturadores e, além disso, o reconhecimento oficial de seu desaparecimento por parte do próprio Estado brasileiro.

Em seus recentes pronunciamentos, Bolsonaro não só mente sobre a atuação política de Fernando

e da organização a que pertenceu, como tenta difamar seus companheiros, a quem vilmente acusa por sua morte. Ao fazê-lo, o mais alto dignitário da Nação revela não só uma flagrante insensibilidade à dor alheia, como também uma discordância radical com princípios básicos da Constituição Brasileira, que ele jurou respeitar, como o direito à vida e o direito a não ser submetido à tortura, nem tratamento desumano ou degradante. Se o Brasil nunca completou os passos necessários de uma justiça transicional, pois deixou impunes os funcionários da di-

tadura que prenderam, torturaram, mataram e desapareceram com centenas de pessoas, o que já é por si lamentável, é completamente inaceitável que agora, quase quarenta anos depois, o presidente do País venha de público e gratuitamente assumir a defesa dos crimes cometidos àquela época pelo regime de exceção, assim como tripudiar às suas vítimas.

A verdade e a memória do povo brasileiro merecem respeito.

Comissão da Verdade da PUC-SP
Reitora Nadir Gouvêa Kfour

Solidariedade dos professores de Serviço Social

Manifestamos nossa solidariedade à companheira Rosalina Santa Cruz, professora do Curso de Serviço Social da PUC/SP, assistente social e militante de direitos humanos, extensiva à sua família, tendo em vista o ataque à memória do seu irmão Fernando Santa Cruz e dos que foram mortos e torturados pela ditadura civil-militar de 1964, desferido publicamente pelo Presidente da República. Há 45 anos, a família de Fernando Santa Cruz - preso pela ditadura em 1974 e desaparecido desde então - luta incansavelmente para saber as circunstâncias de seu assassinato, reconhecido e atestado pelo Estado brasileiro através da Comissão Nacional da Verdade.

A dor desta ausência não consumada que marca a vida de Rosalina - barbaramente torturada na luta contra a ditadura -, de sua mãe, falecida recentemente, e, de seus familiares, foi novamente dilacerada com o comentário do Presidente da República, que dirigido ao Presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, filho de Fernando, afirmou ter conhecimento da verdade sobre a sua morte. Indignação é a palavra que define o sentimento de

todos frente à essa tentativa de desmentir dados oficiais sobre o desaparecimento e a morte de Fernando Santa Cruz nos porões da ditadura, de banalizar a tortura e os crimes cometidos, evidenciando um profundo desrespeito ao sofrimento dos familiares e à memória dos mortos e desaparecidos.

Embora demonstre um nível de desumanidade e de crueldade assustador, esta manifestação não é estranha a quem defende sistematicamente a violência, o ódio e cultua a imagem do mais bárbaro torturador da ditadura. Porém, tal postura é incompatível com a função de chefe de Estado, em um regime democrático que exige o respeito à Constituição, a defesa dos direitos humanos, como a não discriminação por divergências políticas, entre outras. Nesse sentido, faz-se necessária uma resposta da sociedade, de seus setores progressistas e das lutas por justiça social, em repúdio a mais esta violação de direitos humanos.

Mais respeito, senhor Presidente!

Professores/as do Curso de Graduação e do Pós-em Serviço Social

Nota de repúdio do Grupo Memória

A Constituição Brasileira de 1988, possui 5 fundamentos que organizam e normatizam o funcionamento do Estado e de toda a sociedade, são eles: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

O Estado Democrático de Direito, pressupõe que o Estado, seus representantes em todas as esferas e a sociedade devem respeito às leis, e que não há nada e ninguém acima ou à margem da lei.

Vemos com preocupação e perplexidade o desrespeito a estes fundamentos, por parte do Presidente Jair Bolsonaro (dignidade da pessoa humana e o pluralismo político), em suas manifestações sobre o desaparecimento do jurista Fernando Santa Cruz durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

"Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto.

Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele", afirmou Jair Bolsonaro.

O Núcleo de Preservação da Memória Política vem por meio desta nota manifestar repúdio às falas de Jair Bolsonaro direcionadas ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, cujo pai consta como um dos inúmeros desaparecidos.

Nesse sentido, é de suma importância que o a Procuradoria Geral da República, ao deparar-se com uma situação de ocultação da verdade de acordo com o Artigo 342 do Decreto Lei número 2.848 de 07 de dezembro de 1940, manifeste interesse de caráter investigativo, em consonância com suas atribuições constitucionais.

O Núcleo solidariza-se com Felipe Santa Cruz e lembra da destemida luta de sua avó, Elzita Santos Cruz, que no mês passado (25/06/2019) faleceu sem saber informações sobre o paradeiro do filho que nunca conseguiu reencontrar.

Por memória, verdade e justiça.

Núcleo de Preservação da Memória Política

Dia 13/8: Greve Geral da Educação

Entidades de docentes de todo país estão convocando professores, estudantes e funcionários para mais uma Greve Geral da Educação, no próximo dia 13/8. O ato deverá ser engrossado pelas entidades estudantis como a UNE e a UBES, que estão convocando os estudantes para mais uma vez erguerem suas vozes contra o governo autoritário e liquidacionista de Bolsonaro.

No mês de julho novas ameaças contra a educação brasileira foram anunciadas. Nesta semana

o governo anunciou um novo contingenciamento de verbas, eufemismo que designa cortes em setores da economia brasileira, no qual um dos setores mais afetado será a educação.

Por outro lado, o governo também vem anunciando a criação do programa Future-se outra sinalização para o desmonte das universidades. O atual ministro da Educação Abraham Weintraub defende que os gastos que o país despense hoje com educação são muito elevados e assim o Future-se prevê que parte do orça-

mento das instituições passe a ser constituído por um fundo imobiliário, que seria formado da venda de imóveis ociosos que façam parte do patrimônio das universidades. Entretanto o projeto propõe que a captação de recursos extras seja feita a partir de doações de empresas ou de ex-alunos para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo. Estão previstas ainda a concessão legal de propagandas de empresas privadas nos campi universitários do estado.

Essas medidas tendem

a transformar a universidade pública brasileira em um grande balcão de negócios deixando-a à mercê do grande capital. Por isso diversas universidades públicas de todo o país estão se mobilizando na tentativa de barrar o projeto, que já recebeu o nome pejorativo de "Future-se". A comunidade acadêmica de todo o país se mobiliza para que dia 13/8 se transforme mais uma vez em um grande protesto contra as medidas de um governo que pretende privatizar toda a educação.

O engodo da liberação do Fundo de Garantia

O (des)governo Bolsonaro anunciou no mês de julho a liberação de parcelas do FGTS de, no máximo R\$ 500,00 para cada trabalhador. A justificativa da medida seria uma injeção de R\$ 100 bilhões na economia com a entrada de dinheiro no mercado.

A medida, já tentada pelo governo golpista de Michel Temer, volta agora como uma terrível ameaça ao trabalhador. É que, ao optar pelo saque neste ano de R\$ 500,00 o traba-

lhador estará abdicando de receber todo o seu fundo de garantia em caso de demissão, recebendo somente a multa de 40%.

Assim, se um trabalhador da PUC-SP, por exemplo, optar por sacar seus minguados R\$ 500,00 a partir de abril do próximo ano quando a medida deverá entrar em vigor, se for demitido, mesmo sem justa causa, o seu saldo de FGTS será convertido em uma conta inativa, que ele só terá direito de sacar

quando se aposentar ou na compra de imóvel. Caso queira voltar ao saque-rescisão deverá esperar por mais dois anos.

Desde o início de seu mandato Bolsonaro vem ameaçando a existência do FGTS. A primeira redação da reforma da previdência continha uma cláusula que acabava com a multa de 40% para os aposentados. Porém na Comissão de Constituição e Justiça essa medida foi barrada, uma vez

que é inconstitucional.

As medidas que Bolsonaro propõe poderão causar uma quebra grande no FGTS, que fragilizaria a sua função social e ainda por cima não deverão aquecer a economia pois, segundo estudos do DIAP, o dinheiro que entrar nas contas dos trabalhadores deverá servir, prioritariamente para pagamento de dívidas, pois a inadimplência no país atinge hoje níveis alarmantes.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Stéfane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victória C. Weischofadt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

O que aconteceu com a CIPA no Campus Perdizes?

Recentemente, a DRH/FUNDASP enviou e-mail informando acerca da posse de uma nova CIPA, Comissão Interna e Prevenção de Acidentes, que teria sido eleita pelos funcionários. Todavia, a despeito da satisfação que o reestabelecimento de um órgão fundamental à segurança e saúde no trabalho, uma série de questionamentos surgem deste processo obscuro da forma como ocorreu. Isso porque foram convocadas duas votações, sem qualquer divulgação do resultado da primeira, houve apuração sem a participação de comissão eleitoral ou publicidade, e num período de tempo muito superior ao estabelecido pela legislação. Assim, faltam alguns esclarecimentos a toda comunidade, inclusive já suscitados anteriormente pela AFA-PUC, mas sem retorno.

Remontado brevemente os fatos, tem-se que em agosto de 2018 foi deflagrado processo eleitoral para uma nova gestão da CIPA, tendo o período de inscrições findo em 03.09.18. Nesse período, 11 candidatos se inscreveram, porém, segundo e-mail enviado pelo representante do SESMT (Serviço de Especializado em Engenharia e Medicina no Trabalho), a eleição foi cancelada por não haver quórum de 50% dos funcionários da FUNDASP (docente e administrativo) (Será??? Como podemos afirmar se o resultado e as informações sobre a votação não foram divulgados pela comissão eleitoral???). Este foi o segundo fato obscuro desse processo, visto que a legislação não autoriza o cancelamento da eleição por falta de quórum, mas, sim, a convo-

cação de nova votação, com os mesmos candidatos em 10 dias (Item 5.41 da NR-5). Esse próprio e-mail alegava que a CIPA que atuava no momento se reuniria para "formar nova comissão eleitoral", o que é contrário ao texto literal da legislação que prevê que "a comissão eleitoral deverá organizar outra votação, que ocorrerá no prazo máximo de dez dias".

Nesse contexto, logo no dia seguinte ao cancelamento irregular, um funcionário, candidato a CIPA, foi dispensado sem justa causa pela Fundação (mera coincidência??? Será???), e a nova votação não foi realizada dentro do prazo máximo de 10 dias, conforme previsto na legislação. Tendo ciência de que não haveria CIPA eleita a tempo de substituir a gestão de 2017/2018, foi discutido em reunião, entre SESMT e gestão anterior da CIPA, a proposta de um calendário para nova eleição e a prorrogação do mandato até a formação de nova CIPA eleita. O resultado dessa reunião foi um documento elaborado e protocolado via DRH à FUNDASP, ao qual, até o presente momento, não houve resposta formalizada. O calendário proposto previa novo processo eleitoral, com inscrição de novos candidatos e votação entre os dias 18 a 22 de março de 2019, para se evitar novamente a falta de quórum já que a Universidade estava prestes a entrar no período de férias na ocasião.

Entretanto, à margem do que foi proposto, por iniciativa própria da Fundação, foi realizada nova votação iniciada no final de 2018. Nessa votação, foi utilizada a cédula com os mesmos 10 candi-

datos, apenas sem o funcionário dispensado, por meio de urna itinerante. Novamente a apuração foi realizada sem divulgação de data e local, os resultados obtidos nessa eleição só foram divulgados em julho 2019, gerando mais um fato obscuro nesse processo todo.

Importante reafirmar que entre a votação e a reunião realizada pelos membros da CIPA de 2017/18, a AFA-PUC protocolou ofício questionando a Fundação acerca da eleição da CIPA e do limbo no qual o Campus estava naquele momento, sem, entretanto, obter nenhuma resposta conclusiva. Porém, para surpresa geral dos funcionários e professores, agora, apenas no mês de julho desse ano, quase um ano após esse limbo obscuro ter começado, a DRH encaminhou e-mail informando que nova CIPA para gestão 2019/20 havia sido eleita, sem tal processo ter passado por qualquer comissão eleitoral composta por funcionários.

Obviamente, nesse cenário surgem diversos questionamentos: por que o campus ficou quase um ano sem CIPA? Quem organizou e autorizou essas votações? Se houve pouca adesão na pri-

meira votação, por que o processo se tornou mais obscuro depois? Por que não foram abertas novas inscrições? Como um candidato foi demitido no meio do processo, sendo que isso é proibido pela legislação?

A CIPA é uma instituição que cumpre papel de democratizar e garantir ingerência dos funcionários nos processos de segurança e saúde no trabalho, tendo intuito legal de dar autonomia e controle aos empregados sobre esse tema tão relevante no dia-a-dia. A FUNDASP/DRH ao ingerir dessa forma num processo que deveria ter sido organizado e desenvolvido pelos funcionários, o tornou obscuro com inúmeras irregularidades, inclusive legais sem o mínimo de transparência.

Neste processo não houve somente a negligência com a saúde e segurança dos trabalhadores "colaboradores" da FUNDAÇÃO SÃO PAULO; tivemos concretizada a violação de direitos e prerrogativas ao ambiente de trabalho e a organização dos empregados. Enquanto isso, pairam no ar as dúvidas sem respostas desse processo tão obscuro.

AFAPUC e APROPUC

O que é a Cipa

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é um mecanismo instituído em 1978 que tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

A composição da CIPA é proporcional ao número de trabalhadores existentes em uma

empresa, no caso do campus Monte Alegre são eleitos pelos funcionários e professores quatro titulares e três suplentes. O empregador indica mais quatro cipeiros, tendo o direito de escolher o presidente da Cipa.

Os trabalhadores que integram a Cipa gozam de estabilidade no emprego, desde a efetivação de sua candidatura até um ano após o término do mandato.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribo Waiãpi é invadida por garimpeiros

Na madrugada do sábado, 27/7, um grupo de invasores, fortemente armados, ocuparam a aldeia indígena Waiãpi, Pedra Branca do Amapari, no Amapá. Os índios notaram cerca de 50 garimpeiros pela redondeza antes do ataque de sábado. A tribo também denunciou o assassinato do

cacique Emrya Wajãpi, no dia 24/7, que causou o início dos ataques que se concretizaram no sábado.

O coordenador de apoio da tribo gravou um vídeo de socorro às autoridades nas redes sociais para o envio de polícias federais ao local.

O presidente, Jair Bol-

sonaro, que afirma que o índio é uma massa de manobra para demarcação de terra, declara que não existe nenhum indício do assassinato do índio no local. O atual presidente tem como plano de governo a legalização do garimpo e a liberação de atividades em terras indígenas.

Anunciado novo corte de verbas na educação

Na terça-feira, 30/7, foi anunciado, pelo governo de Bolsonaro, mais um corte no orçamento da educação.

Mais de R\$ 1,44 bilhão será bloqueado no orçamento federal no ano de 2019. O mais afetado será o ministério da Cidadania com R\$ 619 milhões, seguido pelo MEC com R\$ 348,47 milhões e o Ministério da economia com R\$ 300 milhões. O MEC terá o maior corte da esplanada.

O governo de Bolsonaro anunciou cortes na educação desde o primeiro semestre. O bloqueio de recursos provocou a suspensão de bolsas, falta de verba para pesquisas, bloqueio de gastos não obrigatórios como água, luz e material básico, e também afetou a infraestrutura da educação básica. Em maio de 2019 aconteceu a primeira grande onda de protestos contra os cortes. Mais de 200 cidades brasileiras se manifestaram.

No final do primeiro semestre a PUC-SP sofreu cortes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes referente à cinco programas de incentivo à pesquisa, com o novo bloqueio as pesquisas da universidade poderão sofrer cortes.

Os estudantes do pós-graduação da PUC-SP negociam com a Fundasp uma forma de subsídio da mantenedora que não inviabilize a permanência de pós-graduandos na PUC-SP.

Bolsonaro muda integrantes da Comissão de Direitos Humanos

No dia 26/8 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos retificou o atestado de óbito de Fernando Santa Cruz, desaparecido durante o regime militar. A Comissão reconheceu que a morte de Felipe ocorreu "em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro".

No dia 1/8 pressionado, Jair Bolsonaro e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves trocaram quatro dos sete integrantes da Comissão. O

novo presidente da comissão é Marco Vinicius Pereira de Carvalho. Assessor especial de Damares e filiado ao PSL, partido do presidente, ele substituiu a procuradora regional da República Eugênia Augusta Gonzaga, que havia criticado a fala de Bolsonaro na segunda-feira. Questionado sobre a mudança o ex-capitão afirmou que "o motivo é que mudou o presidente, agora é o Jair Bolsonaro, de direita".

A fala de Bolsonaro continua recebendo reações contrárias de entidades por

tudo o mundo (veja nesta edição algumas reações na PUC-SP). A professora Rosalina Santa Cruz, da PUC-SP e irmã de Fernando declarou que, "deveria ser feito o impeachment. Esse senhor não tem condições de ser presidente do Brasil. É ódio, figura absurda, que só nos dá vergonha. Até o pessoal que votou nele deve achar que essa é uma posição muito pouco justa. Houve uma repercussão muito negativa para ele. Ele não tem discernimento".

Dossiê homenageia a memória de Chico de Oliveira

O site marxismo21 está divulgando um dossiê em homenagem ao sociólogo Chico de Oliveira, falecido em 10/7. O dossiê contém artigos de colegas e do próprio Chico lembrando a trage-

tória do sociólogo.

Como outros pesquisadores de esquerda, cassados ou "malditos" pela ditadura militar, Chico foi convidado a trabalhar na PUC-SP (1980-1988). Em 1988, passou a integrar o

quadro docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. O dossiê pode ser encontrado em <https://marxismo21.org/chico-de-oliveira/>

ROLA NA RAMPA

Consun inicia sessões extraordinárias para debater regimento

Nesta quarta-feira, 7/8, começa a primeira das quatro sessões extraordinárias do Conselho Universitário (Consun) para debater os encaminhamentos do novo regimento da universidade.

No semestre passado, com a instituição do novo estatuto da universidade, o Consun começou a discutir como um novo regimento regulamentaria as decisões do novo texto estatutário. As unidades começaram a se reunir e não foram pou-

cos os docentes que criticaram a forma casuística com que o novo texto foi redigido.

Depois de entregue ao Conselho Superior da Fundasp o texto aprovado no Consun foi modificado em vários pontos e introduzidos critérios casuísticos como o número de docentes e de doutores para viabilizar os departamentos. Nos conselhos de Faculdade a discussão passou por um amontoado de critérios esdrúxulos para que as novas configurações fos-

sem contempladas. Agora o Consun vai deliberar sobre a nova composição organizativa da universidade que poderá ficar próxima a um "Frankenstein" jurídico, onde algumas unidades terão departamentos e outras ficarão somente com as coordenações de curso. Resta saber também como é que ficarão os demais pontos do regimento, como, por exemplo a representação nos conselhos superiores dos funcionários.

PUC-SP perde professor Américo de Paula e Silva

No dia 11/7 faleceu o professor Américo de Paula e Silva, que pertencia à Faculdade de Teologia e foi vice-reitor comunitário na gestão do professor Antonio Ronca. Professor atuante dentro da universidade, Américo era presença constante nas assembleias da APROPUC. A missa de sétimo dia foi realizada na capela da PUC-SP no dia 17/7.

Morte de ex-aluno expõe problemas com terceirização

No início do mês de julho o vigilante terceirizado José Domingos Diniz do campus Marquês de Paranaguá, assassinou o ex-estudante da PUC-SP, Bruno Silva.

O caso ganhou grande repercussão na mídia e a reitoria da PUC-SP emitiu nota lamentando o ocorrido.

Porém o que chama a atenção no caso é que, mais uma vez, a PUC-SP fica à mercê das empresas terceirizadas contratadas para substituir a mão-de obra antes selecionada diretamente pela universidade.

Há alguns anos a PUC-SP vem substituindo setores administrativos antes contratados diretamente por funcionários de empresa terceirizadas. Limpeza, segurança e xerox foram substituídos por terceirizados. Esses funcionários não têm os mesmos benefícios os trabalhadores da PUC-SP previstos no acordo interno e se submetem às empresas que os contratam. A PUC-SP já teve problemas com terceirizadas que deixaram de efetuar os pagamentos a seus funcionários e agora, mais uma vez, sofre por não ter um controle adequado daqueles que exercem suas funções na universidade.



PODOLOGIA

Saúde para seus Pés

Dia dos Pais - 07/08/2019

Procedimentos

- Podoprolifaxia
- Unha encravada
- Calosidades
- Calos
- Verruga plantar (olho Peixe)
- Órteses
- Infecção
- Onicomicose
- Tinea (frieira)
- Pés rachados
- Pés Diabéticos

RS 50,00 - vagas limitadas

Agendamento pessoalmente na sede da AFAPUC SP

Desconto em folha de pagamento



Mais promoções da AFAPUC para o Dia dos Pais

Além da promoção do dia 7/8 com podólogos, a AFA-PUC estará realizando nos próximos dias mais duas promoções para o dia dos pais. No dia 5/8, segunda-feira, estará acontecendo a tradicional promoção dos

produtos Boticário, das 10 às 17h, na sede da AFA-PUC, com desconto em folha em até três vezes. No dia 9/8, das 10 às 17h30, acontecem sessões de quik-massagem, com duração de 25 minu-

tos, ao custo de R\$20,00, descontados em folha de pagamento. As vagas para esta promoção são limitadas e o agendamento deve ser feito pessoalmente na sede da AFAPUC no campus Monte Alegre.